

■ Eurico, o presbítero: o sacerdote-guerreiro entre a literatura e a História

MURILO ALVES

Doutorando em Estudos Literários – UFAL;
Professor Assistente de Literatura do Curso de
Letras do Campus do Sertão - UFAL.

Resumo: Este artigo, a partir da leitura da obra Eurico, o presbítero, do escritor romântico português Alexandre Herculano, discute os limites entre a ficção e a História nessa obra, fundamentando-se em alguns teóricos como Alfredo Bosi (2001), Massaud Moisés (1977, 1979), René Guénon (1948; 1981), Samira Campedelli (1996) e Walter Mignolo (2001).

Palavras-chave: Ficção. História. Guerreiro. Sacerdote

Résumé: Cet article est une lecture de l'ouvrage Eurico, o presbítero, de l'écrivain romantique portugais Alexandre Herculano, et réfléchit sur les frontières entre fiction et histoire, en se fondant sur certains théoriciens comme Alfredo Bosi (2001), Massaud Moisés (1977, 1979), René Guénon (1948, 1981), Samira Campedelli (1996) et Walter Mignolo (2001).

Mots-clés: Fiction. Histoire. Guerrier. Prêtre

Se o movimento romântico tem início na crise do espírito clássico no começo do século XVIII, na França, com as primeiras discussões questionando a apologia aos antigos e a intransigência das suas regras, suas origens mais remotas devem ser buscadas na Inglaterra e na Alemanha, restando à França uma espécie de coordenação, amplificação e divulgação desse movimento literário.

Com efeito, o termo *romântico* e todos aqueles outros dos quais se deriva tem origem etimológica no adjetivo francês *romantique*, surgido através dos termos *roman* > *romant* > *romanz*. Tomado de empréstimo pela língua inglesa e alemã, o vocábulo passou a *romantik* e *romantisch*, sendo importado pelos franceses associado à ideia de algo ainda pouco claro. E só então é que, a partir da França, disseminou-se por outros países.

O termo em si é bastante escorregadio, pois pode abrigar eventualmente tendências contraditórias ou contrastantes. Mais do que indiciador de uma revolução literária, é, principalmente, uma nova atitude do espírito perante os problemas da vida e do pensamento. Isto é, avesso às sistematizações, representa uma radical mudança histórico-cultural nas artes, nas ciências, nos costumes, na filosofia, na moral, na política, nas relações sociais e religiosas e assim por diante.

Do ponto de vista da teoria, crítica e história literárias é uma reação aos princípios clássicos que impõem regras, modelos e normas. Desse modo, apregoa a liberdade total na criação literária, e defende o hibridismo dos gêneros literários. Ao pretensão universalismo clássico vai opor um conceito de arte individualista, ou seja, focada no “eu” interior do artista. Em síntese, à razão clássica vai opor o “culto das razões do coração”, isto é, em vez do racionalismo, o sentimentalismo; em vez da especulação, a imaginação.

Segundo Massaud Moisés (1977), a introdução e aceitação das ideias românticas, quer dizer, do Romantismo (1825-1865), em Portugal, não ocorreu de forma acabada e unânime, acontecendo somente após a sucessão de D.

João VI. Contribuía para esse impedimento uma reação conservadora de pessoas educadas segundo os ditames clássicos e absolutistas. Essa reação se fez sentir nos primeiros românticos portugueses, quais foram Almeida Garrett, Antonio Feliciano de Castilho e Alexandre Herculano, que se uniram em torno do movimento, apesar de possuírem talentos e temperamentos diversos, sintetizados pelo autor de *A Literatura Portuguesa* na frase: “[...] românticos em espírito, ideal e ação política e literária, mas ainda clássicos em muitos aspectos da obra que escreveram” (MOISÉS, 1977, p. 156). E é justamente esta aparente contradição de um dos seus adeptos, o escritor Alexandre Herculano, que este artigo propõe analisar no romance *Eurico, o Presbítero*, de sua autoria.

Nascido em Lisboa, em 1810, Alexandre Herculano inicia sua carreira de escritor em 1836 com a publicação do livro *A Voz do Profeta*. Em 1837, como diretor do jornal “O Panorama”, publica neste veículo algumas de suas obras, como *Lendas e narrativas*, *O Bôbo*, e *O Monge de Cister*. Em 1877 falece, isolado em sua quinta, respeitado e famoso, deixando uma obra vasta e diversificada, dividida em obras historiográficas como *História de Portugal* (1846-1853), *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854-1859); o livro de contos *Lendas e narrativas* (1851); livros de ensaios como *Opúsculos* (1873-1908), *Estudos sobre o casamento civil* (1866), *Cenas de um ano de minha vida* (19340, dentre outros; assim como os romances *Eurico, o Presbítero* (1844), *O Monge de Cister* (1848), *O Bôbo* (1866).

Sobre essa profícua produção, Massaud Moisés (1977) faz as seguintes considerações:

Herculano foi, acima de tudo, historiador: a historiografia deu-lhe grandeza e prestígio, mas deu-lhe igualmente dissabores. Retomando o fio da meada que se interrompera em Fernão Lopes – com quem tanto se parece –, e recebendo os benéficos influxos das teorias históricas de Guizot e Thierry, realizou na historiografia o melhor de suas virtualidades intelectuais e humanas, e

tornou-se o introdutor dos modernos métodos historiográficos em Portugal e o maior historiador de seu tempo. Acreditando na intervenção subjetiva do historiador nos fatos que narra ou analisa – o que, aliás, acompanhava ainda os ditames da escola francesa de historiografia –, Herculano meteu ombros a uma obra de ampla envergadura que servisse de espelho onde se mirassem os homens contemporâneos, especialmente aqueles guindados a postos de mando, a começar do rei. Para tanto, escreveria uma História de Portugal desde os albores da nacionalidade até o período da Restauração iniciada em 1640: era como se desentranhasse as bases e os ‘exemplos’ da história do povo português (MOISÉS, 1977, p. 170).

O Monasticon foi a rubrica escolhida pelo historiador e escritor romântico para denominar o conjunto de romances carregados de expressivo panorama histórico em que abordaria a questão do conflito religioso. Entretanto, só chegou a escrever dois: *O Monge de Cister*, publicado em 1848, e *Eurico, o presbítero*, escrito em 1843, publicado um ano depois. *O Monge de Cister*, que traz como subtítulo *ou a Época de D. João I*, é uma narrativa densa, cujos eventos romanescos transcorrem numa ambiência conflituosa, na qual se debatem questões morais e religiosas em conflito com a paixão amorosa e um ódio profundo do protagonista em busca de vingança, e tem como inspiração as descrições de Fernão Lopes, considerado o “pai da História” portuguesa; enquanto *Eurico, o Presbítero* aborda o conflito entre o divino e o profano, de um amor profano sublimado no divino, da incompatibilidade dos sentimentos humanos com os princípios rígidos do sacerdócio cristão.

Já em *Eurico, O presbítero* o escritor adota como cenário a histórica invasão da Espanha visigótica pelos sarracenos de Tárik (711 d.C), que vai acarretar a queda do Império Godo, e o amor conflituoso de Eurico, um fidalgo que vivia na Corte de Witiza (penúltimo imperador da Espanha visigótica), por Hermengarda,

irmã de Pelágio e filha de Fávila. Na narrativa, *Eurico*, ao ser impedido por Fávila de casar-se com Hermengarda, despede-se do mundo e torna-se o presbítero de Carteia, lugar ermo onde passava seus dias ora escrevendo poemas ou compondo hinos religiosos, ora perambulando pelos penhascos da região, em contínua meditação. Durante a invasão árabe à Península Ibérica aparece um Cavaleiro Negro, que por sua bravura em combate logo catalisa as atenções e simpatias de todos. Trata-se do heróico *Eurico*, que num dos episódios da história salva Hermengarda, sequestrada pelos árabes, a qual o reconhece por trás daquelas vestes. Reunidos, o amor interditado renasce, mas agora se depara com um conflito insuperável: o juramento sacerdotal de *Eurico*. Diante do impasse, separam-se, o que leva *Eurico* a se lançar suicidamente contra os árabes e, com sua morte, provocar a insanidade de Hermengarda.

O gênero híbrido de Eurico, o presbítero

O romance, apesar de urdido em pleno Romantismo português, por sua estrutura levanta algumas questões do ponto de vista genérico, já que o próprio Herculano, no *Prólogo* em que apresenta a obra, hesita em classificá-la, qualificando-a ora como “poema em prosa”, ora como “romance histórico”.

Essa hesitação do próprio autor levou alguns críticos a classificá-la por vezes como gênero híbrido, como faz, por exemplo, Samira Campedelli (1996), ao perceber em *Eurico*, não apenas o presbítero, mas o “poeta, cavaleiro negro, amante obstinado, homem rude e, simultaneamente sensível, afeito às intempéries, dominado por devoradora paixão, celibatário por imposição sacerdotal, porém palpitante às recordações da amada” (CAMPEDELLI, 1996, p.3), ou seja, um “personagem paradoxal”; e, a partir desse olhar, enxerga na obra um complexo de “[...] romance histórico, apesar de ser um romance de amor, apesar de ser um romance de cavalaria; [...] como um vasto manifesto (contra a estrutura

da Igreja católica, contra a forma como a Península Ibérica foi assolada, etc.) (CAMPEDELLI, 1996, p.3).

Concordamos com a observação de que não deixa de ter, do ponto de vista literário, certa relevância classificar uma obra através de um processo genérico – se bem que hoje se discuta qual a serventia de classificar uma obra enquadrando-a num determinado gênero literário, principalmente depois dos estudos de Emil Staiger (1975) sobre o hibridismo dos gêneros, apesar de essa característica, como dissemos acima, se enquadrar na perspectiva do próprio Romantismo. Por isso a narrativa de Herculano cresce em importância por ser ele o introdutor desse elemento em Portugal, como destacou um outro crítico: “Uma circunstância formal reforça a originalidade portuguesa do livro de Herculano: o seu lugar nos gêneros. O próprio autor sente o híbrido que fez: ‘crônica-poema, lenda ou o que quer que seja’” (NEMÉSIO, 1971, p. 15). Contudo, apesar disso, insistimos: por que é assim tão importante a classificação do livro? Pois nem mesmo o autor conseguiu se desvencilhar dessa preocupação desde o início, como ele mesmo o diz em nota ao *Prólogo* da obra:

Sou eu o primeiro que não sei classificar este livro, nem isso me aflige demasiado. Sem ambicionar para ele a qualificação de poema em prosa – que não o é por certo – também vejo, como todos hão de ver, que não é um romance histórico, ao menos conforme o criou o modelo e a desesperação de todos os romancistas, o imortal Scott (HERCULANO, 1996, nota 1, p. 11).

Talvez porque, ao se afirmar que o livro é um “poema em prosa”, objetivava-se introduzir a obra de Alexandre Herculano na perspectiva da periodização literária – uma espécie de preceptiva –, enquadrando-o num momento transitório no qual se costuma localizar o autor, ou seja, num período de transição entre o classicismo e o romantismo. Mas, e se ao contrário, dissermos que se trata de uma obra “histórica”, “lendária” ou “medievalista”, saindo um pouco do enfoque meramente

literário? A questão não deixa de ter sua importância, como tentaremos mostrar em seguida, porque o problema não consiste apenas em apostrofar Eurico como um “personagem paradoxal” e incluir o romance numa espécie de limbo genérico.

Afora isso, detectamos no protagonista da obra de Herculano um amálgama de qualidades ou virtudes complementares, que dizem muito do espírito medieval, o que faz com que a gênese do romance ultrapasse a mera questão dicotômica classicismo versus romantismo e enseje uma reflexão sobre a mentalidade de uma época que pode parecer anacrônica para nosso tempo, justamente porque depõe contra esta, porquanto hoje só conhecemos verdadeiramente *personae*¹, caracteres previsíveis, que se destacam como espectros pelo seu vazio existencial.

Eurico, o presbítero: entre a literatura e a História

Acreditamos também que a questão cresce em relevância na medida em que enseja uma discussão, que não é recente, sobre os limites muitas vezes tênues entre a literatura e a História. Assim, remete-nos a Platão e Aristóteles quando, na antiguidade, discutiam o conceito de mímese. Como observa Mignolo (2001, p. 117): “A diferença entre poesia² e história foi estabelecida por Aristóteles em termos de imitação (*mímesis*) [...] A diferença entre a poesia e a história, na tradição ocidental, residiu no conceito de imitação das ações humanas”. Continua o autor: “[...] quando Aristóteles distinguiu ‘poesia’ de ‘história’, não o fez baseado nas convenções de veracidade e de ficcionalidade, mas de ‘imitação das ações humanas’, que se diferenciava das ‘ações humanas ocorridas’” (MIGNOLO, 2001, p. 122). Sendo assim, “A convenção de ficcionalidade não é, ao que parece, uma condição necessária da literatura, ao passo que a adequação à convenção de veracidade, ao que parece, é condição necessária para o discurso historiográfico” (MIGNOLO, 2001, p. 125).

¹ Lembramos que o termo *persona* no mundo helênico se referia à máscara. Não é à toa que este termo foi apropriado pela psicologia junguiana para expressar a proteção que as pessoas utilizam para mascarar sua verdadeira individualidade e, desse modo, se relacionar com o mundo.

² E entenda-se aqui que poesia para o Estagirita queria talvez significar na sua época o que para nós hoje aproximadamente denominamos de literatura.

Desse modo, sentimos necessidade de retomar essa discussão recorrente e interminável, porque jamais superada, a qual, como observa Alfredo Bosi, é inevitável tanto para o historiador quanto para o crítico literário, historiador ou teórico da literatura:

Uma certa formação filosófica que todos nós trazemos faz uma distinção conceitual nítida entre *prosa historiográfica*, digamos assim, e *prosa ficcional*. Eu não vejo, pelo menos até o presente momento, que nós precisemos esquecer, ou deixar de lado certos conceitos que nos vieram do pensamento grego e depois foram dialetizados pelo romantismo e pelo idealismo até Croce; não vejo que nós precisemos abandoná-los, pelo menos por enquanto. A velha distinção aristotélica propõe dois campos. Um campo que tem pela frente o que *realmente* aconteceu, o acontecido, o *real* (a palavra real é muito perigosa, mas, vamos dizer, “aquilo que se julga que aconteceu”); isto é, o domínio da memória histórica, o domínio da experiência histórica de que se tem ou testemunha ocular ou o depoimento de terceiro; nesse caso a história realmente é *mimesis*, é representação de ações humanas. E há um outro campo: o mundo das *possibilidades*, quer dizer, da arte. Aristóteles, sobretudo ao tratar de poesia, trabalha com o *possível*, ora, o possível inclui o real, em termos de lógica; o possível inclui o que aconteceu; que aconteceu porque podia acontecer; e inclui aquilo que não aconteceu, mas poderia ter acontecido. Então, a poesia vai mais além do que a história, no sentido de que ela trabalha não só com a memória, mas também com a imaginação, cuja teoria é uma riqueza romântica, é uma riqueza do fim do século XVIII, é uma riqueza de Hegel, de Baudelaire, uma riqueza do século XIX que atribuiu uma força ativa à fantasia poética (BOSI, 2001, p. 137 – grifos do autor).

[...] Tanto a prosa do historiador quanto a prosa do narrador têm que se valer dos signos, têm que se valer das metáforas, têm que se valer daquilo que há de mais profundo e primeiro, que é o próprio uso da linguagem. Daí, a distinção e a

união. A linguagem unifica. Podemos encontrar num romance uma frase que podemos também encontrar num historiador (BOSI, 2001, p. 138).

Preocupação que, como percebemos adiante, se incluía nas reflexões do próprio Alexandre Herculano ao compor suas obras literárias: “Novela ou História – escreverá Herculano no Panorama – qual destas duas coisas é a mais verdadeira? Nenhuma, se o afirmarmos absolutamente de qualquer delas” (NEMÉSIO, 1971, p. 17). E quando fazia tais considerações ele se baseava em sua própria experiência como poeta, contista, romancista e historiador, antecipando de algum modo uma discussão que provavelmente só aconteceria no século XX com os estudos no âmbito da História, como os de Hayden White, por exemplo. Como observa Mignolo (2001) em outro momento do seu artigo:

Tem havido, segundo White, certa resistência entre os historiadores e filósofos para considerar o relato historiográfico como o que, para White, ‘realmente é’: uma ficção verbal cujo conteúdo é tanto inventado como encontrado, e cujas formas têm mais em comum com a literatura do que com as ciências (MIGNOLO, 2001, p. 127).

Dessa forma, Herculano, ao continuar suas reflexões, aprofunda sua percepção sobre a natureza do texto literário e do texto historiográfico. Vejamos, então, o que ele ainda nos diz sobre a questão:

Quando o caráter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos, as tradições e as crônicas desenharam esse caráter com pincel firme, *o noveleiro pode ser mais verídico do que o historiador*, porque está mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo coração do que vive, o gênio do povo que passou pelo do povo que passa. Então de um dito ou de muitos ditos ele deduz um pensamento ou muitos pensamentos, não reduzidos à lembrança

positiva, não traduzidos, até, materialmente; de um fato ou de muitos fatos deduz um afeto ou muitos afetos, que se revelaram. Essa é a história íntima dos homens que já não são; esta é a novela do passado. Quem sabe fazer isso chama-se Scott, Hugo ou De Vigny, e vale mais e conta mais verdades que boa meia dúzia de bons historiadores. – Porque estes recolhem e apuram monumentos e documentos, que muitas vezes foram levantados ou exagerados com o intuito de mentir à posteridade, enquanto a história da alma do homem deduzida logicamente das suas ações incontestáveis não pode falhar, salvo se a natureza pudesse mentir e contradizer-se, como mentem e se contradizem os monumentos (NEMÉSIO, 1971, p. 17 – grifos nossos).

É de se perceber, assim, que o escritor tinha plena convicção daquilo que estava fazendo, retomando de certo modo aquele antigo, porém atual, aforismo aristotélico sobre o papel do historiador e do poeta, resumido de forma objetiva por Alfredo Bosi, quando comenta o artigo de Walter Mignolo (2001) acima citado:

Ao passo que, no discurso literário, as mesmas frases estão em outro regime, pelo qual o escritor pode dizer *o que aconteceu*, mas pode também dizer o que *não aconteceu, mas poderia ter acontecido* dentro da sua imaginação. Então, sem dúvida nenhuma, a narração tem um campo de possibilidades expressivas *maior* que a história. Sei que os historiadores não gostam disso. (Como nós vamos ficar apenas com o real e não vamos ficar com o possível?). Nós lhe responderemos que o real é infinitamente rico, não se preocupem, há muito o que dizer só do real (BOSI, 2001, p. 138 – grifos do autor).

Ou seja, também para Herculano, o romance histórico³ pode transmitir conhecimentos tão mais próximos da “verdade” quanto a própria História, quando fundamentado em pesquisas externas que venham se aliar à imaginação do autor. E quando nos debruçamos

³ Walter Mignolo sugere para esse tipo de narrativa alguns epítetos: “‘Romance-testemunho’, ‘literatura-testemunho’, ‘discurso-testemunho’, são algumas das variadas expressões sintomáticas do difuso das fronteiras entre a ficção, a história, a antropologia e a literatura (ao menos) nesse conjunto ou família de textos” (MIGNOLO, 2001, p. 128).

sobre a biografia do escritor, entendemos que de certa maneira ele procurou seguir, na confecção de suas obras, uma sistemática que levasse em consideração tanto obras historiográficas sobre Portugal quanto um outro tipo de escrito literário com fundo histórico, com um objetivo educativo e mesmo social, de que são exemplos os romances *O Monge de Cister* e *Eurico, o Presbítero*. Como assinala ainda Mignolo (2001) sobre a questão dessa pretensa “verdade” histórica:

A relação, portanto, entre o ficcional e a verdade não se estabelece necessariamente pela negativa (porque o ficcional não implica a mentira), mas pela própria natureza das convenções. O enquadramento na convenção de ficcionalidade apresenta as regras do jogo de forma aberta e, portanto, isenta das condições impostas pela convenção de veracidade. No entanto, quando no romance (que implica a convenção de ficcionalidade) imita-se o discurso antropológico ou historiográfico (que implica a convenção de veracidade), estamos diante de um duplo discurso: o ficcionalmente verdadeiro do autor (porque, ao enquadrar-se na convenção de ficcionalidade, não mente) e o verdadeiramente ficcional do discurso historiográfico ou antropológico imitado (porque, ao invocar a convenção de veracidade, está exposto ao erro e há a possibilidade da mentira) (Mignolo, 1981; Pittarello, 1986). Dessa maneira, a questão da *verdade na ficção* se apresenta quando se imita um discurso cuja própria natureza implica o enquadramento na convenção de veracidade. Tal é, por exemplo, o caso da imitação do discurso antropológico ou historiográfico (MIGNOLO, 2001, p. 132-133 – grifos do autor).

“Verdade” histórica versus “mentira” ficcional, e vice-versa, certamente um dilema enfrentado por aquele que tenta captar nas lacunas da História os fatos não conhecidos ou não preservados e que, ademais, sendo um romancista, resolve transpor as tênues fronteiras que separam (?) os dois, transitando por ambos. Talvez por

isso o narrador de *Eurico, o Presbítero* recorra ao autor para justificar aquilo mesmo que vai narrar:

Pretendendo fixar a ação que imaginei numa época de transição – a da morte do império gótico, e do nascimento das sociedades modernas da Península – tive de lutar com a dificuldade de descrever sucessos e de retratar homens que, se, por um lado, pertencem a eras que nas recordações da Espanha tenho por análogas aos tempos heróicos da Grécia, precediam imediatamente, por outro, a época a que, em rigor, podemos chamar histórica, ao menos em relação ao romance. Desde a primeira até a última página do meu pobre livro caminhei sempre por estrada duvidosa traçada em terreno movediço; se o fiz com passos firmes ou vacilantes, outros, que não eu, o dirão. [...] E, contudo, o reproduzir a vida dessa sociedade, que nos legou tantos monumentos, com as formas do verdadeiro romance histórico temo-lo por impossível, ao passo que o representar a existência dos homens do undécimo ou dos seguintes séculos será para o que os tiver estudado, não digo fácil, mas, sem dúvida, possível. [...] O romance histórico, como o concebeu Walter Scott, só é possível aquém do oitavo – talvez só aquém do décimo século, porque só aquém dessa data a vida da família, o homem sinceramente homem, e não ensaiado e trajado para aparecer na praça pública, se nos vai pouco a pouco revelando. As formas e o estilo que convêm aos tempos visigóticos seriam, desde então, absurdos e, parece-me, até, que ridículos. A Espanha romano-germânica transformou-se na Espanha rigorosamente moderna no terrível cadinho da conquista árabe. A obra literária (novela ou poema – verso ou prosa – que importa?) relativa a essa transição deve combinar as duas fórmulas – indicar as duas extremidades a que se prende; fazer sentir que o descendente de Teodorico ou de Leovigildo será o ascendente do Cid ou do Lيدador, que o herói se vai transformar em cavaleiro, que o servo, entidade duvidosa entre homem e coisa, começa a converter-se em altivo e irrequieto burguês. E a forma e o estilo devem aproximar-se mais ou

menos de um ou de outro extremo, conforme a época em que lançamos a nossa concepção está mais vizinha ou mais remota da que vai deixando de existir ou da que vem surgindo. A dificultosa mistura dessas cores na paleta do artista nenhuma doutrina, nenhum preceito lhe diz: ensinar-lhe-á o instinto. Tive eu esse instinto? – É mais provável o não que o sim. – Se a arte fora fácil para todos os que tentam possuí-la não nos faltariam artistas! (HERCULANO, 1996, p. 11-12).

A resposta a esse dilema talvez tenha sido dada pelo crítico literário Massaud Moisés (1977) em sua apreciação geral da produção literária do autor de *Monge de Cister*, quando conclui:

Embora noutro nível, Herculano manifesta na prosa de ficção a mesma tendência para a contensão e a intelectualização revelada na poesia. Ao mesmo tempo, padece do mal que compromete pela base a narrativa histórica, seja ela romance ou conto: o ficcionista vê-se obrigado a debruçar-se sobre documentos historicamente fidedignos sob pena de não realizar o que pretende. E é exatamente essa condição sine qua non que limita o alcance do gênero, impedindo que a imaginação se desdobre livremente: devendo ater-se à verdade histórica documentada, quando muito o ficcionista deduz dela um conteúdo novelesco e preenche com a fantasia os claros do texto, mas sempre atento à verdade dos fatos que nele se registram. Em resultado, o historiador acaba afogando o ficcionista, graças a excessivos enxertos eruditivos em forma de descrição de usos e costumes e de narração minuciosa de fatos e acontecimentos (MOISÉS, 1977, p. 166).

[...] o problema amoroso é que se torna incidental e marginal ao panorama histórico aberto pela retrospectiva de Herculano: serve mais de pretexto para a reconstituição histórica que de eixo da ação novelesca. O escritor parece mais interessado no panorama histórico que em acompanhar o

desenvolvimento do drama afetivo, de resto pouco rico para dar mais do que um conto. [...] Herculano, embora liberte a fantasia e o lirismo de que ainda era capaz, continuar petreamente um historiador (MOISÉS, 1977, p. 169).

Eurico, o presbítero: sacerdote ou guerreiro?

De outro modo, a novela de Herculano apresenta outro aspecto contraditório e não menos interessante de se abordar, relacionado ainda à retomada do período medieval pelo autor, qual seja o conflito quase shakespeariano⁴ do protagonista, ao oscilar entre o monge e o guerreiro, como notou o mesmo crítico:

Mais ainda colabora para enfraquecer o impacto trágico da novela o seguinte pormenor: Eurico abraçou a vida religiosa porque quis, abdicando de vez do seu anterior desígnio, mas não fugiu, *paradoxalmente*, de ser cavaleiro e matar; e quando os óbices eram apenas os duma consciência impregnada de princípios exteriores, ele fraquejou e não realizou o que foi a razão de sua vida até àquela data. Para o suicídio em que se lança ato contínuo à entrevista com Hermengarda, pouca diferença fazia consumir um velho desejo, indiscutivelmente mais explicável, à rigorosa consciência ética de Eurico, do que *matar cavaleiros inimigos e entregar-se à morte, o que era profundamente anticristão* (MOISÉS, 1977, p. 169 – grifos nossos).

⁴ Não é sem interesse se notar que uma citação de Eurico lembra uma das tragédias de Shakespeare (Romeu e Julieta): “Que importa um nome... uma palavra?” (HERCULANO, 1996, p. 140).

Isso porque o estudioso da literatura portuguesa já identificara num dos contos do grande polígrafo português o elogio ao culto da religião católica e uma apologia do sacerdócio, quando o narrador diz: “Feliz a inteligência vulgar e rude, que segue os caminhos da vida com os olhos fitos na luz e na esperança postas pela religião além da morte, sem que um momento vacile, sem que um momento a luz se apague ou a esperança se desvaneça” (HERCULANO, s/d, apud MOISÉS, 1977, p. 167).

Também é verdade, como afirma Samira Campedelli (1996, p. 3), que a novela de Herculano faz sobressair um “[...] homem que se refugia no sacerdócio para mitigar o grande amor perdido”; e mais verdadeiro ainda que: “[...] o guerreiro inveterado, [...] impulsivamente, se refugia na camuflagem do cavaleiro negro para defender a raça, a terra, a pátria” (CAMPEDELLI, 1996, p. 3). Mas, a partir daí, se inferir que o personagem é “ambivalente (multivalente)”, porque “[...] prega princípios cristãos, enquanto presbítero de Cartéia, e que pratica princípios bárbaros enquanto elemento do confuso exército visigótico” (CAMPEDELLI, 1996, p. 3) é não perceber por trás dessas duas características aquelas virtudes tão bem decantadas por São Bernardo nos monges-cavaleiros templários, quando redigiu a Regra dos Cavaleiros da Ordem do Templo. Virtudes essas que, consciente ou inconscientemente, Herculano de certo modo recupera na construção do personagem presbítero.

Por isso, enganam-se aqueles que querem ver em *Eurico* tão apenas o “Presbítero como evasão, como forma de se salvaguardar de um mundo incompatível com seus sentimentos amorosos” (CAMPEDELLI, 1996, p. 4). É certo que tal opinião encontra eco nas próprias afirmações de Herculano no *Prólogo* do livro, quando afirma: “[...] só tenho pensado no celibato à luz do sentimento [...] a irremediável solidão da alma a que a igreja condenou os seus ministros, espécie de amputação espiritual” (HERCULANO, 1996, apud CAMPEDELLI, 1996, p. 9); ou então: “Sabeis qual seja o valor da palavra *monge* na sua origem remota, na sua forma primitiva? É o de – *só e triste*” (HERCULANO, 1996, apud CAMPEDELLI, 1996, p. 10)

Mas, de outro modo, contraditoriamente, ele mesmo afirma que só “[...] conhecemos a vida pública dos visigodos e não a sua vida íntima” e, “[...] a história desconhece o povo” (HERCULANO, 1996, apud CAMPEDELLI, 1996, p. 11). No entanto, algumas descrições da própria novela contrariam essas afirmações.

Isso nos autoriza a depreender que a descrição do narrador supera assim as próprias expectativas do autor, o qual, ao prezar tanto a História, superou, entretanto, pela imaginação, as perspectivas reducionistas que aquela projeta. Por esse motivo não é sem sentido a citação que se segue:

O período visigótico deve ser para nós como os tempos homéricos da Península. Nos cantos do presbítero tentei achar o pensamento e a cor que convêm a semelhante assunto, e em que cumpre predominem o estilo e formas da Bíblia e do Eda, as tradições cristãs, e as tradições góticas que, partindo do oriente e do norte vieram encontrar-se e completar-se, em relação à poesia da vida humana no extremo ocidente da Europa (HERCULANO, 1996, p. 12)

Depois de tudo isso, afinal a questão para nós se resume na indagação: *Eurico, o Presbítero*, e *Eurico, o Guerreiro*, são equivalentes, incompatíveis ou complementares? Para respondê-la temos a nos lembrar o fato de que o autor, no próprio título da obra, significativamente, nomeia o personagem principal como *Presbítero*, e não como *Guerreiro* ou *Poeta*, atribuindo-lhe uma predominância com relação aos dois outros aspectos, se bem que contraditório a esse respeito: o que o autor de *O Bobo* quer demonstrar – denunciar? – é claramente a contradição entre o mundo religioso e o mundo natural, enfocando assim a questão do chamado celibato clerical, característica, aliás, que não existia na Igreja antiga. Nesse aspecto, a obra deixa de se enquadrar naquele contexto de “literatura medievalista” para se tornar, sobretudo, uma obra romântica. Entretanto, é também significativo, como já foi dito, que a obra se agiganta nos aspectos históricos, quase que sufocando o drama amoroso que, pelo final trágico, lembra mais uma tragédia antiga do que moderna. Enfim, vejamos então os dois Euricos, e tentemos demonstrar se se contradizem.

Começamos pelo Eurico-Sacerdote, que foi conduzido para as injunções da vida religiosa por conta de uma desilusão amorosa, ao se ver interditado na sua união com a bela e pura Hermengarda – aliás, o autor, como já foi observado por muitos, pouco fala desse amor, deixando-o quase para o final da obra; é de se notar que uma parte expressiva do livro é dedicada aos aspectos históricos, políticos e religiosos, o que só vem reforçar a tese de um Eurico mais medieval do que romântico. Mas deixemos o próprio narrador declinar as circunstâncias em que se deu essa decisão:

Uma destas revoluções morais que as grandes crises produzem no espírito humano se operou então no moço Eurico. Educado na crença viva daqueles tempos, naturalmente religioso porque poeta, foi procurar abrigo e consolações aos pés d'Aquele cujos braços estão sempre abertos para receber o desgraçado que neles vai buscar o derradeiro refúgio. Ao cabo das grandezas cortesãs o pobre gardingo encontrara a morte do espírito, o desengano do mundo. Ao cabo da estreita senda da cruz acharia ele, porventura, a vida e o repouso íntimos? (HERCULANO, 1996, p. 17).

Começa assim uma nova existência para o desiludido amante que vai buscar na religião o consolo – ou o esquecimento – para sua malfadada paixão amorosa. E é nesse contexto que ele começa a aprofundar sua percepção religiosa, buscando uma resposta não apenas para as suas angústias, mas para a solidificação da sua fé. Eis como passa a se comportar doravante o religioso:

Mas Eurico era como um anjo tutelar dos amargurados. Nunca a sua mão benéfica deixou de estender-se para o lugar onde a aflição se assentava; nunca os seus olhos recusaram lágrimas que se misturassem com lágrimas de alheias desventuras. Servo ou homem livre, liberto ou patrono, para ele todos eram filhos. Todas as condições se nivelavam onde lá aparecia; porque, pai comum daqueles que a Providência lhe

confiara, todos para ele eram irmãos. Sacerdote do Cristo, ensinado pelas largas horas de íntima agonia, esmagado o seu coração pela soberba dos homens, Eurico percebera, enfim, claramente que o cristianismo se resume em uma palavra – fraternidade (HERCULANO, 1996, p. 19).

Destaque-se, porém, que nessa sua dedicação à causa religiosa, no início é mal compreendido, olhado com certa desconfiança por aqueles sobre os quais derrama sua devoção religiosa de Presbítero. Em seguida, agora na plenitude da sua missão, passa a ser aceito e amado por todos os desafortunados e necessitados de consolo:

Na conta de inspirado por Deus, quase na de profeta, o tinham as multidões. Não gastava ele as horas que lhe sobejavam do exercício de seu laborioso ministério numa obra do Senhor? Não deviam esses hinos da soledade e da noite derramar-se como um perfume ao pé dos altares? Não completava Eurico a sua missão sacerdotal, revestindo a oração das harmonias do céu, estudadas e colhidas por ele no silêncio e na meditação? Mancebo, o numeroso clero das paróquias vizinhas considerava-o como o mais venerável entre os seus irmãos no sacerdócio, e os velhos procuravam na sua frente, quase sempre carregada e triste, e nas suas breves mas eloquentes palavras o segredo das inspirações e o ensino da sabedoria (HERCULANO, 1996, p. 21).

Durante muito tempo exerceria sua missão sacerdotal, em que dava tempo ao tempo, procurando como que, num processo catártico, sublimar sua dor na dor alheia, envolvendo-se nas carências dos outros. Todavia, no seu próprio interior, um combate terrível se processava, visto que o Eurico antigo sempre assomava, apesar de pouco a pouco começar a se depurar para, finalmente, transformar-se no sacerdote dedicado:

A nova existência de Eurico tinha modificado, porém não destruído o seu brilhante caráter.

A maior das humanas desventuras, a viuvez do espírito, abrandara, pela melancolia, as impetuosas paixões do mancebo e apagara nos seus lábios o riso do contentamento, mas não pudera desvanecer no coração do sacerdote os generosos afetos do guerreiro nem as inspirações do poeta. O tempo havia santificado aqueles, moldando-os pelo evangelho, e tornado estas mais solenes, alimentando-as com as imagens e sentimentos sublimes estampados nas páginas sacrossantas da Bíblia. O entusiasmo e o amor tinham ressurgido naquele coração que parecera morto, mas transformados; o entusiasmo em entusiasmo pela virtude; o amor em amor dos homens (HERCULANO, 1996, p. 18).

E é só no perigar da pátria ameaçada de invasão, traída por aqueles que deveriam defendê-la, que vai ressurgir o guerreiro adormecido, impetuoso, desassombrado, o líder que conduzirá a resistência até as últimas consequências, o monge-guerreiro pronto a se imolar para defender seu povo. Ei-lo, quando ressurge, e mesmo aqui é perceptível a precedência do monge sobre o guerreiro:

Mas não é a sua coroa que os filhos das Espanhas têm hoje que defender; é a liberdade da pátria; é a nossa crença; é o cemitério em que jazem os ossos dos nossos pais; é o templo e a cruz, o lar doméstico, os filhos e as mulheres, os campos que nos sustentam e as árvores que nós plantamos. Para mim, de todos estes incentivos, apenas restam dois: o amor da terra natal e a crença do evangelho. No dia do combate, Eurico despirá a estribeira inocente do sacerdócio e vestirá as armas para defender estes objetos queridos dos seus derradeiros afetos (HERCULANO, 1996, p. 43).

O Eurico-guerreiro passará a ter uma compreensão superior da sua missão, por isso não despirá de todo “a estribeira inocente do sacerdócio”, mas, ao vestir as armas do guerreiro, sua ambivalência ainda permanecerá:

Homem de paz — dir-me-ás tu — pela profissão do sacerdócio; tendo buscado o repouso à sombra eterna da cruz, como é que desejas só o que nos combates há mais brutal, ignóbil e obscuro, o furor da matança, e recusas o que neles há mais nobre e puro, a inteligência com que um único indivíduo move milhares deles e lhes multiplica a força com a rapidez das ideias, com a sublimidade das concepções, com a robustez de uma vontade imutável? Homem de paz cingindo a espada do guerreiro, que outro mister deverá ser o teu? (HERCULANO, 1996, p. 46).

Se bem que o Eurico-guerreiro não buscará nas batalhas os louros dos generais: “Glória! Que me importa a mim a glória? Que posso fazer dessa riqueza, inútil como as outras riquezas?” (HERCULANO, 1996, p. 45). Busca, na batalha, é verdade, de acordo com a percepção do autor, a solução definitiva para seus males, que não encontrou na religião – e aqui vemos delineadas as características francamente românticas do escritor português. A contradição de Herculano se processará na medida em que, ao escrever uma obra pretensamente “medieval”, contrapôs elementos “modernos”: o homem medieval não tinha inquietações de tal natureza, já que não se colocava na perspectiva do individualismo; para este, por conseguinte, não teria sentido uma declaração como esta: “[...] até que chegue o dia em que os desgraçados, como eu, achem na morte honrada das pelejas o repouso das amarguras da vida, *se é que além do morrer há o repouso do espírito*” (HERCULANO, 1996, p. 44 – grifos nossos).

Aliás, na narrativa, a figura do Eurico-Guerreiro nunca aparece de forma transparente, pois ele é o Cavaleiro Negro, essa figura enigmática – não assumida? – do guerreiro terrível, apocalíptico, que desconcerta os companheiros e aterroriza os adversários. É como se assumindo essa forma dissimulada – quase não resistimos em dizer “encoberta” – inconscientemente o escritor procurasse resolver a contradição entre a figura do monge e a do guerreiro, que coexistiam no mesmo personagem:

Teodomiro, breve virá, talvez, o dia em que vejas que o braço do gardingo não enfraqueceu debaixo das roupas do presbítero; em que ele te prove que a mortíça cor de uma negra armadura pode ser tão bela ao sol das batalhas como as couraças e os elmos resplandecentes de nobres guerreiros; que o franquisque grosseiro de um obscuro soldado pode contribuir para a vitória como a perícia militar de capitão famoso (HERCULANO, 1996, p. 47).

Isso, dito dessa forma, lembra-nos o que foi dito acerca de São Bernardo:

Mesmo depois de se fazer monge continuou a ser cavaleiro, como eram todos os da sua raça; [...] Monge e cavaleiro, simultaneamente, estes dois caracteres eram os dos membros da 'milícia de Deus' da Ordem do Templo; eram também, e primeiro que tudo, os do autor da sua regra, do grande santo que foi chamado o último dos Padres da Igreja e em quem alguns querem ver, não sem alguma razão, o protótipo de Gallaz, o cavaleiro ideal e sem mancha, o herói vitorioso da 'demanda do Santo Graal'. (GUÉNON, 1978, p. 99)

Mas o personagem da novela quer se assumir romântico. Reflete as incompatibilidades que vão surgir com a nova postura diante do mundo, trazidas estas pelo romantismo; algo assim como um mundo que se quer profano e necessitasse derruir toda ideia de sagrado. Por isso, ao se defrontar de novo com a amada Hermengarda, Eurico diz: “– Afasta-te, mulher, que o teu amor me perdeu! [...] Há entre nós um abismo: tu o abriste; eu precipitei-me nele. Um crime, só um crime, pode unir-nos...” (HERCULANO, 1996, p. 135). Por isso que a “solução” terá de ser romântica – talvez com resquícios de tragédia grega: “Então, recuando, o guerreiro cristão exclamou: – Meu Deus! Meu Deus! – Possa o sangue do mártir remir o crime do presbítero!” (HERCULANO, 1996, p. 135), permanecendo até o final a contradição do

personagem, através da pergunta cuja resposta no plano temporal é romântica, enquanto no plano do sagrado é clássica (“medieval”):

– Era... era o teu, Eurico!... Mas que pode haver comum entre o guerreiro e o sacerdote? Que importa um nome... uma palavra? [...] – Há comum, que o guerreiro e o presbítero são um desgraçado só!... Importa, que esse desgraçado é neste momento um *sacerdote sacrílego*. *O pastor de Cartéia*... (HERCULANO, 1996, p. 136).

Queres saber quem sou? Um soldado e um sacerdote de Cristo! (HERCULANO, 1996, p. 140 – grifos nossos).

Depois de tudo isso podemos, finalmente, concluir que o Eurico-Monge e o Eurico-Cavaleiro são antípodas? Se Herculano com seu Presbítero, e enquanto autor romântico, colocou-se na perspectiva do individualismo – como “negação de todo o princípio superior à individualidade” –, ao explicitar a incompatibilidade do homem diante do sacerdote, mostrando coexistir neles a figura também do poeta, seu objetivo era tão-somente denunciar a incoerência do celibato religioso para o mundo moderno; entretanto, no desenrolar de sua trama, deixou emergir elementos outros que trouxeram à superfície um mundo no qual ainda existia uma lógica e equilíbrio próprios, incompreensíveis para nossa época. Nesse sentido, a resposta para a indagação talvez seja “guenoniana”, pois é o autor francês que de forma cristalina recupera os caracteres medievais do monge – o contemplativo – e do cavaleiro – o homem de ação.

Se considerarmos a contemplação e a ação como complementares, então já nos colocamos, num ponto de vista mais profundo e verdadeiro [...], pois nesse caso a oposição já se acha conciliada e resolvida por estes dois termos de certa forma. Se equilibrassem um como outro, tratar-se-ia então ao que parece, de dois elementos igualmente necessários que se completam e se

apóiam mutuamente, e que constituem a dupla atividade interior e exterior dum só e mesmo ser, quer esse seja cada homem tomado em particular, ou a humanidade considerada coletivamente (GUÉNON, 1948, p. 50-51)

Enfim, quer seja *Eurico, o Presbítero*, lenda, poema em prosa ou romance histórico, é muito pouco para uma obra que, se não é uma epopeia de um povo, tornou-se uma das mais brilhantes reflexões sobre um mundo em que ainda se compreendia o sentido da vida e da história.

Referências

BOSI, Alfredo. Debatedores: Alfredo Bosi e José Carlos Sebe Bom Meihy. In: CHIAPPINI, Lúgia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). *Literatura e história na América Latina*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

CAMPEDELLI, Samira Youssef. Eurico, o poeta, cavaleiro, amante. In: HERCULANO, Alexandre. *Eurico, o presbítero*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1996.

GUÉNON, René. *A crise do mundo moderno*. São Paulo: Martins, 1948.

_____. *Saint Bernard*. 4. ed. Paris: Traditionnelles, 1981.

HERCULANO, Alexandre. *Eurico, o presbítero*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1996.

MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e políticas das semelhanças: da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa. In: CHIAPPINI, Lúgia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). *Literatura e história na América Latina*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *A literatura portuguesa através dos textos*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

NEMÉSIO, Vitorino. Eurico: história de um livro. In: _____. *Eurico, o Presbítero*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1971.

STAIGER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

[Recebido em 31 de julho de 2012
e aceito para publicação em 29 de agosto de 2012]